



TRE LANÇA POSTO DA OUVIDORIA DA MULHER

Importância Para o presidente do TRE, Jorge Manoel Lopes Lins, a inauguração do posto da ouvidoria da mulher coloca a mulher integrada e assegura todos os direitos conforme determina Constituição

Direitos Ouvidoria foi inaugurada ontem com presença de autoridades

Divulgação/Ivan Duarte-GDC

Ivan Duarte
redacao@diarioam.com.br

Manaus

A Ouvidoria da Mulher do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM), foi inaugurado nesta quinta-feira (20), no autoritário juiz Fausto Ferreira dos Reis para o recebimento de demandas relativas à violência de gênero na política, envolvendo candidatas ou eleitoras amazonenses. O evento promovido pelo Grupo Gestor de Qualidade de Vida no Trabalho alusivo ao Outubro Rosa.

O plano foi firmado em cerimônia realizada entre o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) desembargador Jorge Manoel Lopes Lins; a vice-presidente e corregedora Eleitoral do Amazonas, desembargadora Carla Maria Santos dos Reis; a ouvidora da Mulher, juíza Lídia de Abreu Carvalho.

Para o desembargador Jorge Manoel Lopes Lins, "a inauguração do posto da ouvidoria da mulher do TRE-AM coloca a mulher integrada e assegurando todos os direitos, conforme determina a constituição,

todos são iguais perante a lei, independentemente de raça, gênero. Essa ouvidoria vem para que a mulher se sinta amparada e possa fazer as suas demandas, seus registros junto a este canal", pontuou o desembargador.

Já a juíza Lídia em seu discurso destacou que a Ouvidoria poderá receber demandas referente à violência aos direitos políticos, relacionado à igualdade de gênero e a participação feminina na política. "Este é um canal para aproximar as mulheres a justiça eleitoral e garantir que os direitos políticos femininos possam ser ga-

rantidos", disse.

A inauguração da Ouvidoria contou ainda com a participação de vários magistrados, parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado (ALE) e autoridades de representatividade feminina do Estado do Amazonas.

A magistrada Lídia explicou ainda que a Ouvidoria irá promover a escuta ativa, ao receber e encaminhar aos órgãos competentes as demandas supracitadas, praticadas por representantes ou em função das atividades no âmbito do Tribunal. Já os registros internos serão encaminhados à Comissão

de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, presidida pela Juíza de Direito Mônica Cristina Raposo da Câmara Chaves do Carmo.

No caso de demandas externas ao Tribunal, compete à Ouvidoria receber, diretamente, ou por outras unidades do Tribunal, as demandas relacionadas à violência contra a mulher; acolher e promover a escuta ativa; tratar a informação recebida com sigilo; e encaminhar as demandas aos órgãos parceiros competentes para atuar no caso, com a anuência da notícia de fato.